

O avanço da fronteira no Município de São Félix do Xingu e a determinação social da saúde, uma agenda de pesquisa¹

Núbia Vieira Cardoso, Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA/MG)

Palavras-chave: São Félix do Xingu; Fronteira; Determinação social da saúde.

Este texto corresponde a uma parte da pesquisa de doutorado da autora que resultou na tese intitulada “O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade”, defendida em 2023². Encontra-se organizado em três momentos, o primeiro: aborda o caráter da fronteira entre os anos 1970 e 1980, na região do Sudeste Paraense, tal como é abordada pela geógrafa Bertha Becker. No segundo momento, apresenta a fronteira em expansão na região, em direção a Bacia do Xingu, apresentando e relacionando dados públicos a partir da virada dos anos 2000 até a sua atualidade, marcada pelo expressivo avanço do desmatamento a partir do ano de 2019.

Para compreender a atualidade da fronteira, recorreremos à abordagem elaborada por Oliveira (2021); para quem a fronteira é processo social que corresponde à tomada de espaços antes definidos ao controle de novos donos, sendo que, a consequência imediata desse processo social costuma ser a negação de direitos precedentes. Por isso, explica o autor, a fronteira não pode existir sem uma forma manifesta ou velada de execução da violência.

Compreende-se, portanto, o aumento recorde das taxas de desmatamento nos últimos anos no Município de São Félix do Xingu (PA) perante a compreensão de um processo de avanço da fronteira que carrega uma marca de violência e, negação de direitos. Tendo em vista as consequências concretas desse avanço, sugerido pelo prodigioso número de queimadas associada ao processo de apropriação ilegal da terra nos últimos anos, indaga-se sobre a sua expressão nas distintas escalas, incluindo a

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, campus Maracanã.

escala dos indivíduos, e desta maneira, sua expressão na saúde humana. Sobre uma perspectiva histórico-territorial da determinação social da saúde, Borde (2022) propõe uma abordagem interescalar focada nas disputas territoriais, à medida que assim explica como esses processos devem estar configurados como doença e morte em outras escalas. A relação empírico-analítica entre a expansão da fronteira em um município da Amazônia Legal que detém o maior rebanho bovino do Brasil com uma abordagem histórico-territorial da determinação da saúde, sugeriu uma agenda de pesquisa contemporânea que deve ser prioritária para compreender não apenas desse, mas de outros fenômenos articulados por conflitos ambientais, disputas territoriais e a determinação da saúde.

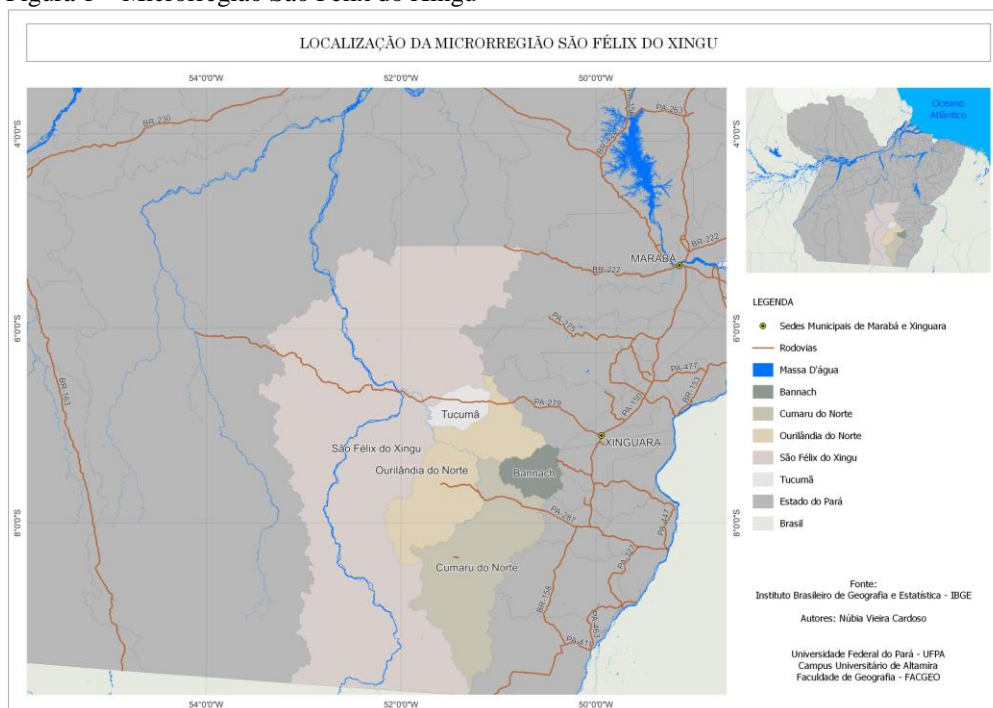
I momento: a atualidade da fronteira entre os anos 1970 e 1980 no Sudeste Paraense

São Félix do Xingu (SFX) é um município paraense criado pela lei n. 2.460 de 29 de dezembro de 1961, do desmembramento do município de Altamira. Localizado na confluência dos rios Fresco e Xingu, a vila teve origem com a exploração de seringa, borracha e caucho em um local denominado “barracão do Aviador” na primeira metade do século XX.

O município foi atingido no ano de 1976 pela rodovia PA-279 cujo trajeto transversal integrou São Félix a rede rodoviária do Sul e Sudeste do Pará, conectada pelo entroncamento localizado em Xinguara, município entre a PA-270 e a BR-155 (antiga PA-150) que leva até Marabá. A rodovia PA-279 atravessa os municípios de Tucumã, Água Azul do Norte e Ourilândia.

Inaugurada em 1976, a PA-279 conectou o Norte do Mato Grosso ao Sudeste do Pará, regiões que concentraram adiante dos anos 1960 os maiores projetos de pecuária financiados pela SUDAM. Havendo ainda no trajeto da rodovia PA-279 a concessão de glebas a grandes empresas para implantação de projetos como aquela concedida à construtora Andrade Gutierrez, o que deu origem ao projeto particular de colonização e atual cidade de Tucumã, fundado em 1981.

Figura 1 – Microrregião São Félix do Xingu



Fonte: autora, (2023).

A Construtora Andrade Gutierrez (CONSAG), responsável pela abertura da estrada PA-279 finalizada em 1976, registrou-se nesse mesmo ano como empresa de colonização junto ao INCRA. O que permitiu que em dezembro de 1978, a construtora vencesse a concorrência de licitação pública para apropriação e desenvolvimento de projeto de colonização particular de uma gleba de 400 mil hectares no município de São Félix do Xingu. Dividida em duas glebas do Projeto de Colonização levado a cabo pela Andrade Gutierrez, surgiram duas cidades na margem da PA-279, Tucumã e Ourilândia do Norte, havendo a empresa abandonado o projeto nos anos 1980, quando os núcleos de colonização foram tomados por invasores de distintas ordens, além de denúncias de que a empresa utilizava as terras que deveriam ser cedidas a colonos por meio de compra e venda, para atividades financeiras de benefício próprio, como extração de minério e madeira.

Becker sinalizou que a partir da segunda metade da década de 1970, e começo dos anos 1980, a apropriação de imensas glebas por grandes companhias construtoras nacionais e por empresas multinacionais com a finalidade de promover a venda de lotes e/ou de se dedicar à produção, caracterizava a fase atual da fronteira (BECKER, 1982, p. 172).

Dessa forma, a fronteira entre os anos 1970 e 1980, avançou conforme a construção e a melhoria da estrada PA-279 na região do Sudeste Paraense. Outra técnica presente na fronteira e que foi responsável pela apropriação monopolista da terra foi o desenvolvimento da pequena aviação. O período do pós-guerra, havia então levado ao mundo, novas tecnologia desenvolvidas por países centrais da economia durante a guerra. Tanto a rodagem, quanto a aviação são técnicas desdobradas na apropriação territorial na Amazônia brasileira no pós-guerra. Sobre a relação, Becker chamava atenção para um novo meio de transporte, mais flexível, utilizado para atender à extraordinária mobilidade do capital – o avião. A autora demonstra como a avião foi responsável por romper o padrão de uma fronteira em arco, na borda da Amazônia. Agora, dizia Becker (1982), “o capital vai à frente da estrada e dos posseiros – no Vale do Xingu”, a partir do Sul do Pará e da Transamazônica, “as terras são compradas a olho, por avião, e ocupadas através de picadas abertas por mão-de-obra deslocada para o local por avião” (BECKER, 1982, p. 172). A apropriação privada da terra por essas grandes companhias nacionais e transnacionais representava o momento em que a autora assim definiu: “o capital valoriza a terra como mercadoria”.

A apropriação territorial de imensas glebas por companhias nacionais e internacionais, definidas e acessadas por avião caracterizou esse período, como atestado acima por Becker, embora, a estrada tenha continuado a trazer os posseiros.

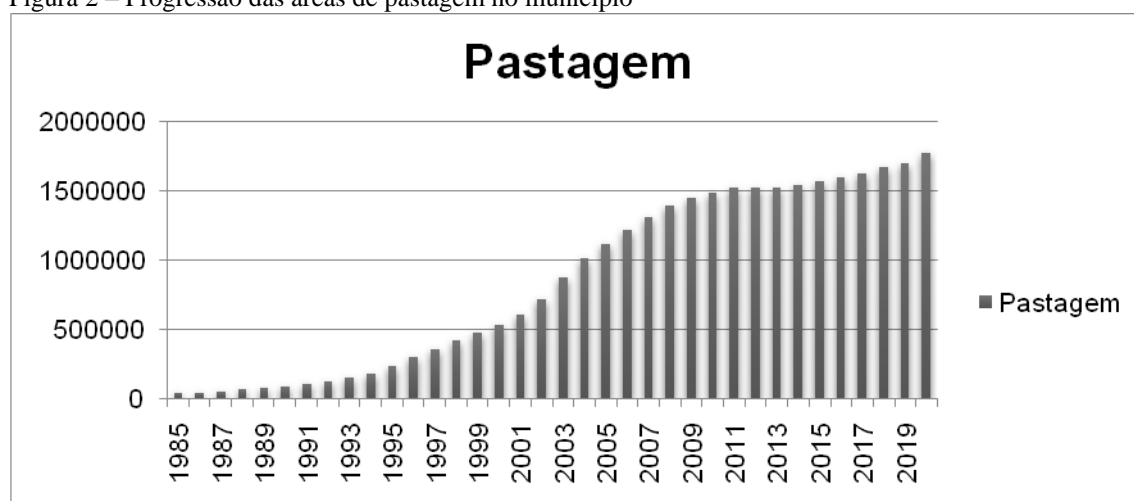
II momento: a atualidade da fronteira a partir da virada dos anos 2000

Maior em extensão territorial e mais a oeste no limite da PA-279, São Félix do Xingu, se comparado a outros municípios como Marabá e Xinguara teve uma avanço da fronteira de maneira mais intensa só a partir dos 2000, o que fez dele uma fronteira não consolidada, isto é, uma fronteira em expansão, na contemporaneidade. Entre os fatores que “barravam” o avanço da fronteira estava: o acesso terrestre limitado ao município, atingido apenas por uma única estrada estadual não asfaltada tornava-se intrafegável durante o período das chuvas, do inverno amazônico. Embora, o fator preponderante, inclusive com influência no primeiro tenha sido a pré-existência do uso do território pelo povo Kaiapó, povo numeroso e aguerrido, hoje em terras indígenas que ocupam mais de 50% de toda extensão territorial de São Félix do Xingu.

A partir dos anos 2000 São Félix do Xingu, antes cidade ribeirinha, sofreria uma transição radical. Nesse período, junto à extração madeireira, chamada de “corrida do mogno” foram abertas as primeiras estradas clandestinas no interior do município de tamanho equivalente a países europeus como Áustria. Além da instalação de garimpos ilegais, conformando então uma pré-estruturação para o avanço e atualização da fronteira na direção oeste, do rio Xingu. Na bacia do Médio Xingu, quase toda ocupada por distintos povos indígenas, está preservada a maior porção de área contínua de floresta da região do Sudeste Paraense.

Visualizando o gráfico abaixo, podemos notar que a progressão de área de pastagem no município de São Félix do Xingu ocorreu principalmente no final da década de 1990 com uma expressão mais acentuada a partir do ano de 2003, voltando a se acentuar no ano de 2019.

Figura 2 – Progressão das áreas de pastagem no município



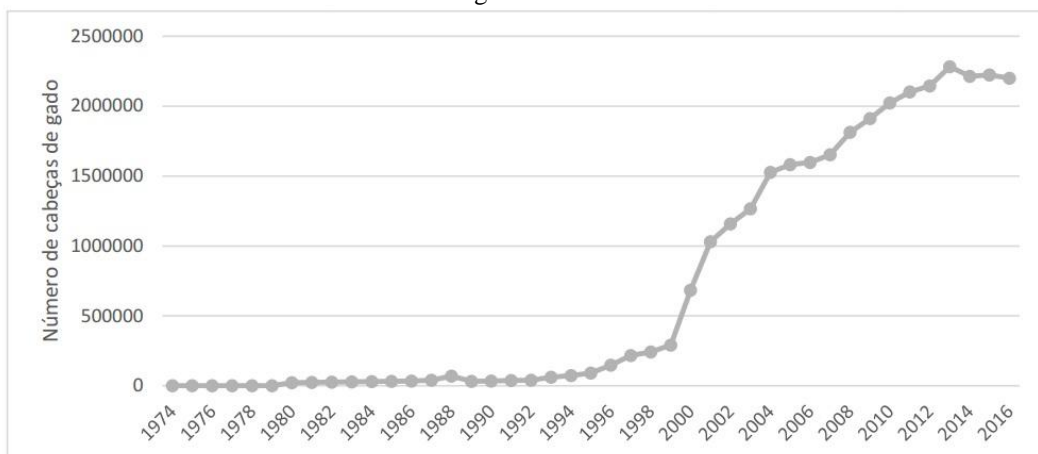
Fonte: Fonte: MapBiomass, 2022.

Depois dos anos 2000, o avanço da fronteira nessa direção se materializou com a “abertura das fazendas” voltadas para a pecuária de corte e da instalação de frigoríficos ao longo das cidades localizadas na PA-279. Xinguará, por exemplo, se tornou uma cidade pólo da agroindústria da carne. Sua posição estratégica entre as duas bacias, do Araguaia a leste e a do Xingu a oeste, conectada pela BR-155 e PA-279, a tornou uma localização referência de fluxo e processamento de carne bovina.

A relação do gráfico acima com o da progressão do rebanho bovino no município deve assegurar o início dos anos 2000 como aquele que marca a mudança

radical no uso e apropriação do solo. Com destaque para o destino que se acena, tão logo, se tornaria o município com o maior rebanho bovino do Brasil.

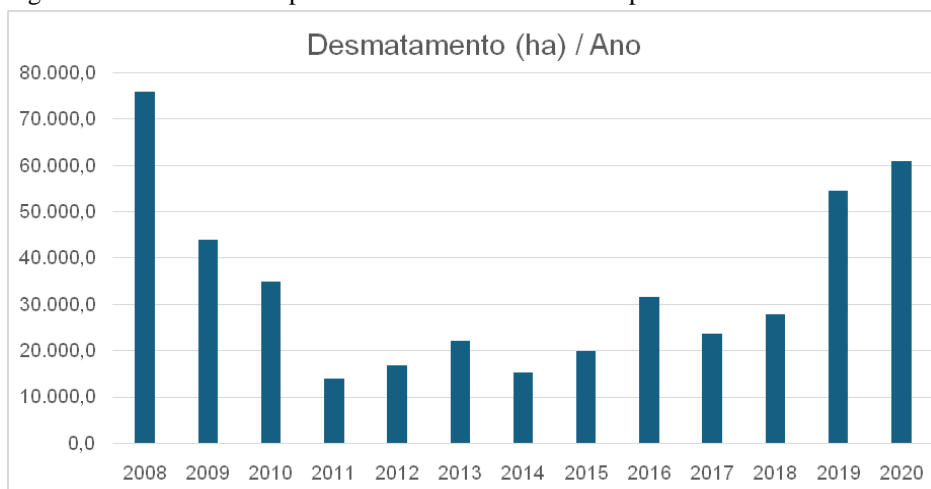
Figura 3 - Rebanho bovino em São Félix do Xingu - PA



Fonte: IBGE³

No gráfico acima se pode notar uma ascensão principal no ano de 2003, e uma segunda no ano de 2012. Abaixo o gráfico da taxa de desmatamento medida pelo PRODES/INPE do incremento anual registrado a partir de 2008 demonstra a tendência de queda do desmatamento após 2008 e de uma nova mudança assumida a partir do ano de 2018, bem como o fenomenal aumento em 2019.

Figura 4 – Desmatamento por incremento anual do município de SFX



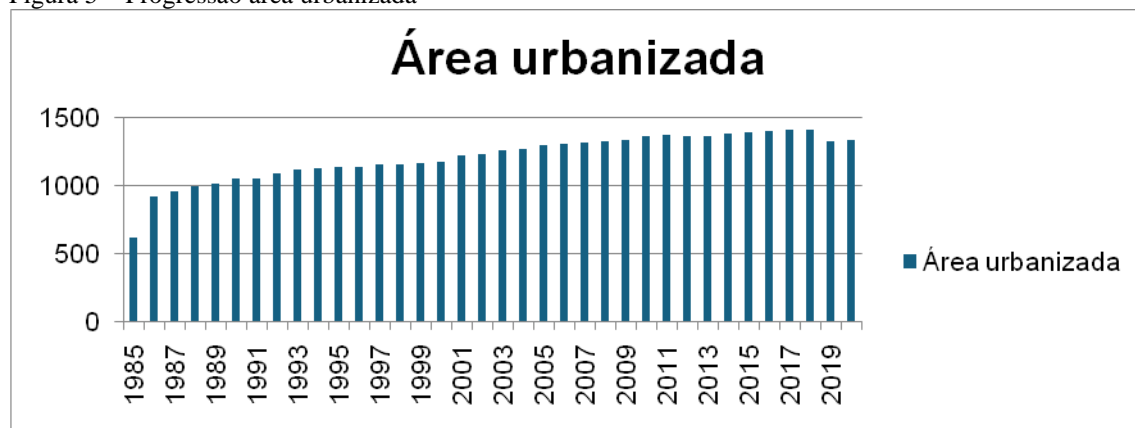
Fonte: Prodes/INPE, 2021.

³ “Pesquisa da pecuária municipal” do IBGE.

Esse aumento do desmatamento no interior do município pode ser explicado pelo número recordista, de que entre 2018 e 2020 houve o aumento de mais de 300% da área desmatada no interior da Terra Indígena Apyterewa.

São Félix do Xingu, abrangendo uma área de 84.212,96 km² possui atualmente uma população de 128.481 habitantes com densidade demográfica de 1,53 habitantes/km². A densidade demográfica do país na última pesquisa censitária foi estimada em 23,8 habitantes por quilômetro quadrado (km²). Com um rebanho bovino segundo dados do IBGE, de 2,5 milhões de cabeças, para cada habitante em São Félix do Xingu, existem 38 bois. É possível visualizar a dimensão desses dados a partir do gráfico abaixo com a área urbanizada do município, a qual sofre uma maior transformação a partir de 1986, mas que se mantém estável com uma queda após 2017.

Figura 5 – Progressão área urbanizada



Fonte: MapBiomias, 2022.

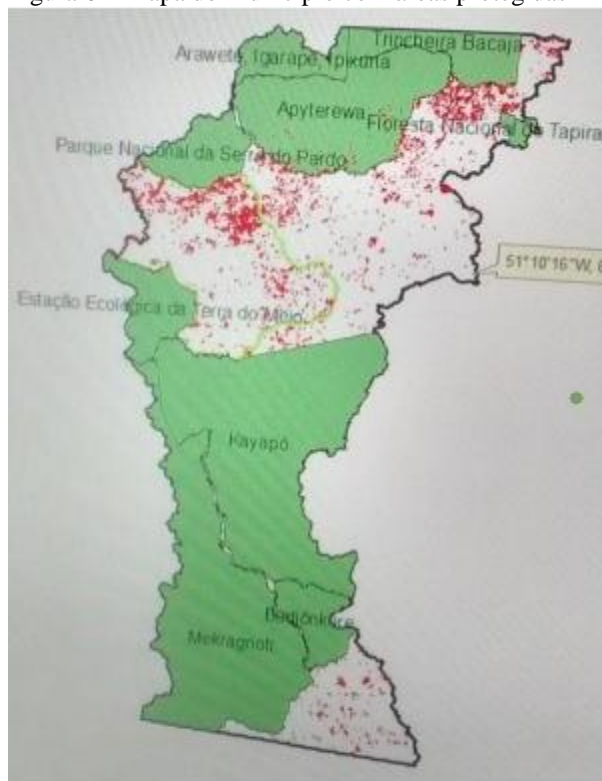
A urbanização como característica dos processos de avanço da fronteira na Amazônia foi vista por Machado (1999) perante a sua volatilidade. A autora identificou que esse tipo de urbanização é volátil uma vez que a densidade populacional costuma se vincular às alterações na estrutura fundiária, ao ritmo do desmatamento, assim como à ocupação de novas e antigas áreas por posseiros e às mudanças na atividade produtiva. Por isso, não observou, por outro lado, na maioria dessas vilas, uma capacidade de desenvolvimento de uma economia urbana que se mantenha por si.

Ao passo que a maior parte da extensão territorial de São Félix do Xingu cabe à jurisdição do Governo Federal (a das Terras Indígenas); outra parte, não menos importante, equivalente a três vezes à extensão territorial da Região Metropolitana de

São Paulo, encontra-se sob a apropriação privada, na maior parte delas não regularizadas.

Entre os proprietários, distintos perfis desde fazendeiros locais, que residem no município, até áreas contíguas de fazendas pertencentes a grupos empresariais, cujos negócios ultrapassam a atividade da agropecuária. Um deles, por exemplo, o de maior relevância em termos de número e tamanho de propriedade é um grupo de capital aberto, instalado em São Félix desde a primeira década dos 2000. O grupo que atua no mercado financeiro detém o maior plantel bovino distribuído em um complexo de fazendas que juntas conjugam uma porção de 500 mil hectares. Somado ainda à personalidade de São Félix do Xingu está a de titular em número de políticos de outros estados que ali são proprietários. Políticos pertencentes a partidos como MDB, PDT, e PSC. Abaixo, o mapa demonstra a “contradição” inerente do desenvolvimento econômico do município, de um lado, a sua grande proporção de áreas protegidas, e do outro uma área tomada pela pecuária que nos últimos anos tem se expandido intensamente.

Figura 6 – Mapa do Município com áreas protegidas



Fonte: PRODES/INPE

Fonte: ARAUJO-JR, (2020)

III momento: a determinação social da saúde na fronteira: uma agenda pesquisa

O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) é uma iniciativa do Observatório do Clima que compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Segundo dados do SEEG, em 2019, oito dos dez municípios que mais emitiram gases de efeito estufa no país estavam na Amazônia, tendo sido o desmatamento a principal fonte das emissões. Altamira e São Félix do Xingu, no Pará, lideraram a lista. Somente um setor da economia, a agropecuária, foi responsável por 67% das emissões, e dentre os municípios o que mais emitiu foi São Félix do Xingu. Segundo o estudo, elaborado por Potenza et al. (2023), os municípios que mais emitiram no setor agropecuário são os que apresentam os maiores rebanhos bovinos, com aumento da área de pastagem entre os mais emissores. E desse setor, a fonte mais emissora foi o gado de corte. Nesta edição, o SEEG cruzou dados de emissão com o valor do PIB Agropecuário nos municípios, levantado pelo IBGE, entre os dez municípios mais emissores no ano de 2019, nenhum deles está entre os com maior PIB Agropecuário, levando os autores a concluir que as emissões não resultaram em ganhos econômicos para os municípios.

Não somente não deve ter sido viável economicamente, como também deve gerar prejuízos no âmbito da saúde pública local. Em 2022, diante do aumento dos focos de incêndio no interior das terras indígenas, o povo Kaiapó denunciou: “a gente não conseguia respirar e ficamos com muita tosse e gripe. Os olhos de todos ficaram quentes”⁴! Ou seja, as queimadas na escala de sua concretude representaram ainda, um risco à saúde da população indígena e não indígena e o que não deve se restringir a apenas a escala do município.

Comparando aos indicadores de saúde do Brasil, o município de São Félix do Xingu apresenta dados equiparados a um país de décadas atrás. Enquanto no Brasil a taxa de mortalidade infantil é de 13,2 por mil nascidos vivos, em São Félix do Xingu é mais que o dobro, de 27,93. A taxa de mortalidade materna do Brasil é de 71,8 mil mortes/100.000 nascidos vivos, enquanto que no município é de 93,11 (DATASUS, 2020).

⁴ Disponível em: [O fogo queima os olhos do Xingu! | Instituto Socioambiental](#)

Sobre uma perspectiva histórico-territorial da determinação social da saúde, Borde (2022) propõe uma abordagem multi-escalar focada nas disputas territoriais, à medida que assim explica como esses processos devem estar configurados como doença e morte em outras escalas. A autora ratifica que processos saúde-doença e as desigualdades em saúde não se reproduzem em um vázio social, por causa disso, qualquer indagação sobre os processos de determinação social, necessitam partir de uma compreensão da conflitividade social que marca o ‘espaço-tempo’ onde se desenvolvem esses processos (BORDE, 2022, p. 205).

A relação empírico-analítica entre a expansão da fronteira em um município da Amazônia Legal que detém o maior rebanho bovino do Brasil com uma abordagem histórico-territorial da determinação da saúde, sugeriu uma agenda de pesquisa contemporânea que deve ser prioritária para compreender não apenas esse, mas outros fenômenos identificados na atualidade do país, uma vez articulados por conflitos ambientais, disputas territoriais e a determinação dos processos de saúde-doença.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JR., J. R. P. Devastação ambiental e defesa da vegetação nativa: Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2020, 317 p.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BORDE, E. Violencia urbana como síntoma. Determinación social de los procesos salud-enfermedad y muerte em Bogotá y Río de Janeiro. Bogotá. 2022. 323 p.

MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. Cadernos ippur, v. 13, n. 1, p. 109-138, 1999.

OLIVEIRA, J. P. A nação tutelada: Uma interpretação a partir da fronteira. Mana, v.27, n.1, p.1-31, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/RL4kSL83HPsh7fPyhCTScXp/?format=pdf&lang=pt>>.

POTENZA, R. F. et al. Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil, 1970 - 2021. Observatório do Clima, 2023. Disponível em: <https://energiaambiente.org.br/wp-content/uploads/2023/04/SEEG-10-anos-v5.pdf>